

A EDUCAÇÃO FÍSICA E OS MISTÉRIOS DE SEU TEMPO

Claudia Maria Guedes¹

RESUMO: *Esse ensaio busca traçar um paralelo a partir de alguns acontecimentos marcantes da Educação física nos Estados Unidos e no Brasil. A escolha pelos Estados Unidos e não por outros países deveu-se à grande influência trazida por pesquisadores brasileiros que por lá concluíram seus programas de pós-graduação. Algumas das discussões aqui apresentadas têm a intenção de provocar reflexões sobre esse debate que, na Educação Física, aconteceu em meados dos anos 60, ficou por algumas décadas adormecido e volta em torno dos anos 80, permanecendo até nossos dias.*

UNITERMOS: *Historia da Educação Física - Brasil - Estados Unidos - Disciplina Acadêmica - Profissão.*

Do que estamos falando?

Geralmente, quando as pessoas nos perguntam o que é Educação Física, ou quando fazemos a mesma pergunta (enquanto profissionais da área) aos nossos alunos do curso de graduação em Educação Física, a resposta vem carregada de funções: ora a Educação Física é importante para a manutenção da saúde, ora é importante para a formação integral do ser humano, enfim... Por que precisamos tanto falar da importância da Educação Física e com isso não falamos sobre o que ela é? Talvez, porque seja preciso convencer quem fez a pergunta da importância da Educação Física. Tani (1991) observou o esforço dos profissionais da área em convencer as pessoas de que a Educação Física é importante, e buscou para si próprio uma explicação para esse fato, fazendo-se perguntas e a elas tentando responder:

Pergunta: Por que os profissionais da área insistem tanto em convencer as pessoas de que a educação física é importante?

Resposta: Fundamentalmente porque as pessoas não estão convencidas disso.

Pergunta: Por que as pessoas não estão convencidas de que a educação física é algo importante?

Resposta: Fundamentalmente porque elas não sabem o que significa educação física. Muitas a confundem com atividade física.

Pergunta: Por que as pessoas não sabem o que é educação física?

Resposta: Fundamentalmente porque as ações dos profissionais da área não foram capazes de sensibilizá-las e informá-las a respeito, através de suas ações.

Pergunta: Por que os profissionais foram incapazes de sensibilizá-las e informá-las?

Resposta: Fundamentalmente porque eles próprios não têm uma definição clara do que é educação física.

Pergunta: Por que os profissionais não têm uma definição clara do que seja educação física?

Resposta: Fundamentalmente porque o curso de preparação profissional não foi capaz de lhe transmitir essa identidade.

Pergunta: Por que o curso de preparação profissional não foi capaz de transmitir uma identidade clara da educação física?

Resposta: Fundamentalmente porque a própria educação física não tem sua identidade claramente definida (p.61-62).

A falta de uma identidade claramente definida, supõe a questão presente de ausência de reconhecimento da Educação Física como área profissional e acadêmica, uma vez que os profissionais que nela atuam ainda não têm claro do que se trata sua profissão (Manoel, 1997). E, também, por não ter claro do que se trata o seu campo de conhecimento, reflete os resquícios de um passado em que a dicotomia entre a teoria e a prática foi a grande responsável pelo fortalecimento desta em detrimento daquela. Não que isso seja um problema específico da Educação Física, mas não se trata aqui de um estudo comparativo com outras áreas e sim de uma intenção de tentar compreender o embate travado entre as concepções de profissão e disciplina acadêmica. Para isso, busquei traçar um paralelo a partir de alguns acontecimentos marcantes da Educação Física nos Estados Unidos e no Brasil. A escolha pelos Estados Unidos e não por outros países deveu-se à grande influência trazida por pesquisadores brasileiros que por lá concluíram seus programas de pós-graduação. Algumas das discussões aqui apresentadas têm a intenção de provocar reflexões sobre esse debate que, na Educação Física, aconteceu em meados dos anos 60, ficou por algumas décadas adormecido e volta em torno dos anos 80, permanecendo até nossos dias.

A educação física como profissão Há cem anos...

Em seu artigo "The Second 100 years: Or, Can Physical Education Become the Renaissance Field of the 21st Century?",

¹ Professora de Educação Física e Esportes da Universidade de São Paulo.

Park (1989) nos relata que em 1890, Luther Halsey Gulick, um recém-graduado da Escola de Medicina da Universidade de Nova Iorque, denominou a Educação Física como uma nova profissão, que envolvia profundos conhecimentos do homem em relação à Fisiologia, Anatomia, Psicologia, História e Filosofia, além de ser um campo científico que oferecia oportunidades para estudar problemas de grande valor para a raça humana. Gulick teve muitos contemporâneos que acreditavam na Educação Física como um dos grandes estudos para o Século XX.

Antes de Gulick, porém, em 1885, já era possível identificar o surgimento de organizações como a American Association for the Advancement of Physical Education (AAPE), que se preocupavam em criar um campo profissional, mas que, mesmo diante de muitos esforços, faltava-lhes a autoridade antes conferida a seus pronunciamentos feitos por grupos como a Associação Médica de Massachussetts ou impressos no Boston Medical or Surgical Journal, e outros periódicos similares. Entretanto, nos narra Park (1989) que Gulick (1890) apresentou um trabalho no V Encontro Anual da AAPE e pontuou alguns objetivos dessa nova profissão, provocando o interesse da mesma no processo de estabelecimento e manutenção da saúde dos indivíduos, assim como na eficácia fisiológica das funções circulatórias, respiratórias, digestivas e musculares, e no desenvolvimento do sistema nervoso, através da orientação dos exercícios físicos. Essa iniciativa de Gulick despertou também o interesse dos fundadores no aprofundamento de questões da Educação Física, provocando novos debates sobre a importância da mesma.

Por volta de 1899, Gulick e outros citaram como grandes objetivos da Educação Física as investigações ligadas ao campo dos estudos sociais, psicológicos e morais para o desenvolvimento dos indivíduos que viriam, conjuntamente, com aqueles outros já citados, e ainda assumiram que as aquisições dessas potencialidades poderiam ser herdadas, fazendo com que a Educação Física passasse a ser acreditada como um meio para o melhoramento da raça.

Dessa forma, a Educação Física, enquanto profissão, surgia mediante os interesses que cresciam fortemente na população a respeito do treinamento físico de atletas, valores do exercício para a cultura física, importância para a saúde, etc., e respaldada pelos novos conhecimentos das Ciências Biológicas.

No final do Século XIX e início do Século XX, Gulick e outros classificaram os exercícios físicos de acordo com o caráter educativo, curativo ou terapêutico e recreativo. Suas peculiaridades continuavam semelhantes mas seus objetivos, obviamente, se diferenciavam. De acordo com Park (1989), o caráter curativo ou terapêutico tinha como objetivo a correção de algum distúrbio do corpo, o que foi de encontro aos interesses médicos. O caráter educativo, tinha como fim o que o próprio nome significava - "Educação Física", provocando o interesse de todos aqueles que trabalhavam com crianças e jovens, possuindo significativamente o designio de responsabilidades no desenvolvimento do vigor, resistência cardíaca e pulmonar, musculatura esquelética, agilidade, controle muscular, autocontrole e atributos referentes à capacidade do poder exercido pelas atividades motoras sobre o indivíduo. Podemos observar que os objetivos estavam diretamente relacionados ao

desenvolvimento do sistema nervoso, cardiovascular e das funções musculares.

Com o desenvolvimento da área de Fisiologia e suas importantes descobertas em relação aos benefícios dos exercícios físicos para a saúde, a Educação Física foi se tornando alvo dos interesses da Medicina e instituições educacionais devido à sua importância para a sociedade norte-americana.

Fazendo um paralelo com o que ocorria no Brasil, é importante observar que, desde a Proclamação da Independência, houve preocupação com a Educação Física. Vale relatar, portanto, que a necessidade da elaboração de um tratado completo de educação numa proposta apresentada em 1823, pelo padre Belchior Pinheiro de Oliveira, deputado pela província de Minas Gerais, gerou uma emenda feita por José Mariano de Albuquerque Cavalcanti (deputado pela província do Ceará) que desta forma se apresenta:

*"Art. 1º - A pessoa que apresentar no prazo de um ano, contado da promulgação deste projeto, um plano de Educação Física, moral e intelectual, se for cidadão do Brasil, dar-se-á uma medalha distintiva;
2º - Criar-se-á um segundo prêmio pecuniário para aquele que apresente um plano de educação somente física ou moral ou intelectual (Marinho, 1980: 158).*

Esse projeto, no entanto, sofreu muitos debates, votações e devido às muitas emendas sofridas, deveria voltar à comissão, para ser novamente redigido. Por isso, especula Marinho, infelizmente nunca mais voltou a plenário.

Entretanto, segundo o mesmo autor, em 1828, é editado no Brasil o primeiro livro sobre Educação Física de autoria de Joaquim Jerônimo Serpa intitulado "Tratado de Educação Física - Moral dos Meninos", tendo sido extraído das obras de Gardien. Esse texto trazia a concepção da Educação Física como a educação e a saúde do corpo, assim como a cultura do espírito. Havia ainda informações entre as atividades e aspectos do crescimento dos meninos, dividindo o desenvolvimento em duas fases: do nascimento aos sete anos e dos sete aos quatorze anos. O autor aconselhava para as crianças recém-nascidas movimentos de braços, contanto que não fossem fortes, bruscos ou prolongados, por exemplo. Defendia a ambidestria, ou seja, a habilidade de movimentos para ambos os lados do corpo, e dividia os exercícios da seguinte forma: I) - *os que excitam o corpo, como corrida, dança, péla, volante, balão, nado, luta e saltos, elementos indispensáveis à preparação para a vida;* II) - *exercícios de memória, como xadrez, etc.* (Marinho, sd.). A conclusão dessa obra procurou desmistificar nos educadores a concepção de uma Educação Moral em oposição à Educação Física, e a supervalorização da primeira em detrimento da segunda.

Em 1845, Marinho aponta o surgimento de uma tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro por Manoel Pereira da Silva Ubatuba, sob o título "Algumas Considerações sobre Educação Física". Esse trabalho demonstrava a necessidade e a importância dos exercícios para a saúde e o vigor, bem como a influência do moral sobre o físico e vice-versa. Em 1846, Joaquim Pedro de Melo defende, na

mesma faculdade, outro estudo sobre "Generalidades acerca da Educação Física dos meninos".

Em 1852 grandes acontecimentos políticos determinam a importância da Educação Física na educação do jovem brasileiro. O primeiro deles se dá na Província do Amazonas, quando o Presidente Toureiro Aranha expede um regulamento para a instrução pública, determinando que esta compreenderia a educação física, moral e intelectual... e para as meninas, deveria haver modificações e adaptações às prendas próprias ao sexo. E, nesse mesmo ano, Antônio Francisco Gomes defende sua tese de doutorado: "Influência da Educação Física no Homem", considerando a Educação Física como parte integrante da educação, demonstrando a necessidade da prática do exercício e aconselhando o afastamento da mesma durante e logo após às refeições (Marinho, 1980).

Descobertas e estudos científicos a respeito dos benefícios do exercício físico e da "educação física", foram despertando nos governantes do Brasil, no período do Império, várias tentativas de inclusão da Educação Física nas escolas, principalmente no Município da Côrte. Marinho nos apresenta um trecho do relatório do inspetor geral da instrução pública do Município da Côrte, que reflete a preocupação desse senhor, o então ministro Luiz Pereira Couto Ferraz (1860):

Os exercícios ginásticos que desejo ver quanto antes introduzidos nas escolas, promovendo a Educação Física da mocidade que a frequenta, sendo das necessidades bem urgentes do ensino público primário, ainda ficaram adiados por falta de espaço e de acomodações nos prédios atuais (apud Marinho, 1980:153).

A necessidade apontada por Ferraz, modificou os regulamentos da Instrução primária e secundária, implicando normas que incluíam os exercícios ginásticos na principal instituição educacional do município da Côrte, o Colégio Pedro II. Nessa mesma época, outra instituição, de caráter militar, inclui como obrigatório em seu programa a prática da ginástica, esgrima e natação, submetendo inclusive os seus alunos a exames periódicos, considerando o imenso contributo dessas práticas à formação do moral em seus soldados.

O acontecimento mais marcante no Brasil-Império, segundo Marinho, foi o parecer de Rui Barbosa como membro da Comissão de Instrução Pública. Ele destacou a importância da Educação Física, demonstrando grande conhecimento sobre a área, através de documentos que situavam a área nos Estados Unidos e na Europa, dedicando especial atenção à Suécia. Nesse documento, Rui Barbosa defendeu as contribuições da Educação Física para o desenvolvimento do vigor físico da criança, fator esse, considerado por ele, como essencial ao equilíbrio da vida humana, ao prazer da alma e à preservação da prática de atividade física e à dignidade da espécie; concluindo em resumo seu projeto, ele sugeriu:

1.º - *Instituição de uma seção especial de ginástica em cada escola normal.*

2.º - *Extensão obrigatória da ginástica a ambos os sexos, na formação do professorado e nas escolas primárias de todos os graus, tendo em vista, em relação à mulher a harmonia das formas feminís e as exigências da maternidade futura.*

3.º - *Inserção da ginástica nos programas escolares como matéria de estudo, em horas distintas da do recreio, e depois das aulas.*

4.º - *Equiparação em categoria e autoridade, dos professores de ginástica aos de todas as outras disciplinas (apud Marinho, 1980: 163).*

A notável contribuição de Rui Barbosa na tentativa de solucionar o problema da Educação Física não estava ligada somente à defesa da sua importância, mas também ao ato pioneiro de levantar detalhes referentes à técnica e à metodologia para os programas de Educação Física nos currículos escolares.

Foram realizadas várias conferências na Escola Normal, nos últimos anos do Brasil-império (algumas vezes até presididas por D. Pedro II), e contavam com pessoas ilustres da Instrução Pública que defendiam arduamente a Educação Física, como nos conta Marinho. É dessa época, também, a publicação do "Manual Teórico-Prático de Ginástica Escolar", elaborado por Pedro Manoel Borges (1886) e destinado às escolas públicas, colégios, liceus, escolas normais e municipais. Ao autor é conferida a honra de defender a obrigatoriedade da Educação Física e, juntamente com Rui Barbosa, iniciar essa campanha.

Com a Proclamação da República, a Educação Física se fez presente na preocupação dos governantes, como parte da Instrução Pública, necessária ao pleno desenvolvimento das crianças e jovens, e que deveria cumprir os princípios da higiene, da moral e da saúde. Essa afirmação é corroborada pelo relatório feito em 1896 pelo Secretário do Interior do Estado de São Paulo, Alfredo Pujol:

Ginástica escolar – Foi assunto que preocupou o governo. É indispensável às nossas escolas uma ginástica higiênica: corridas, saltos, lutas, exercícios nos aparelhos simples, ou variados exercícios de movimentos feitos nas próprias salas. Eis o que convém às crianças e que, sem grande despesa, e sem uma habilitação especial do mestre se pode organizar em todos os grupos escolares. Têm o governo procurado obter um manual que se preste ao roteiro dos professores. Espero que um tratado de ginástica de quarto, de um autor alemão, traduzido por R. Ortigão, com alguns acréscimos sobre a ginástica nos aparelhos singelos, que facilmente poderão ser fornecidos pelo professor dessa disciplina na Escola Normal, talvez se possa obter uma adaptação que se aproveite aos nossos professores (Pujol, 1896 apud Marinho, 1980:168) (Grifo nosso).

É necessário observar que não se demonstrava ainda a necessidade de habilitar academicamente pessoas para o trabalho com a Educação Física (observe grifo anterior), enquanto que nos Estados Unidos esta foi a época (final do Século XIX) de efervescência dos debates em torno da preparação profissional, tanto para o treinamento físico quanto para a atuação em escolas.

Os interesses naquelas áreas tinham surgido tão precipitadamente nos americanos, que as Instituições Educacionais apresentavam dificuldades para encontrar professores treinados em número suficiente para suprir a demanda. Uma das alternativas foi a criação de cursos com a duração de um a dois anos, ou até mesmo com menor duração, promovidos por escolas particulares e do Estado. Outras propostas surgiram através de debates promovidos pela AAPE, como, por exemplo, o trabalho de Ehinger (1893), "Cultura Física em Escolas Normais (do Estado)" e Fitz (1893), que chamou enfaticamente a atenção dos participantes da Sétima Reunião Anual da AAPE, para a necessidade de buscarem estudos científicos mais precisos em lugar de ficarem perpetuando teorias "infundadas" sobre o exercício e o treinamento físico (Park, 1989).

Com a demanda crescente da necessidade do trabalho da Educação Física e a carência de recursos humanos, é possível verificar que esse não era um assunto fácil de ser resolvido. Existiam dificuldades no provimento de homens e mulheres que pudessem supervisionar adequadamente o trabalho da Educação Física em escolas e universidades, devido ao pouco oferecimento de cursos. Algumas tentativas foram feitas como, por exemplo, pela Brooklyn Normal School for Physical Education, Boston Normal School of Gymnastics, e por universidades como Cornell, Stanford e Harvard.

Em Harvard, vale destacar que o curso de preparação de professores tinha a duração de quatro anos, contendo programas de Anatomia, Fisiologia e treinamento físico. Park (1989) considera que esse curso oferecia um currículo riquíssimo de abordagens científicas compreendidas na Educação Física que muitas instituições hoje ainda não possuem.

O primeiro ano de curso em Fisiologia e Higiene foi dado por George Fitz, que também ministrou o curso de Fisiologia do Exercício (nesse curso era exigido aos estudantes que completassem uma tese baseada em pesquisa original). Fitz também ministrou o curso de Ginástica Terapêutica e juntamente com Sargent, desenvolveu um curso sobre a História da Educação Física. A Fisiologia Geral foi ensinada por William T. Porter, um jovem fisiologista recentemente contratado pela Escola de Medicina de Harvard. Além dessas disciplinas, o currículo incluía Física Experimental, Zoologia, Morfologia (Animal e Humana), Química, Química Médica, Anatomia Geral, Anatomia Comparada, Inglês e línguas estrangeiras. Com Sargent, os alunos viam ainda Antropometria, Anatomia Aplicada, Mecânica Animal e um curso intitulado Ginástica e Atletas (Harvard University, 1895-96; Kroll, 1982, apud Park, 1989).

Quando esse programa terminou, em 1899, havia uma grande oportunidade para colocar a Educação Física sob a orientação de uma disciplina acadêmica, criando cursos de pós-graduação. Todavia, essa oportunidade foi perdida sem um programa de grau universitário suficientemente orientado para preparar os educadores físicos, e diante do confronto com as demandas criadas pela necessidade de treinar cada vez mais professores para escolas e faculdades, a Educação Física foi orientada decisivamente para a prática e estudos aplicados em lugar do empenho científico (Bowen, 1914; McCurdy, 1909 apud Park, 1989).

No final do século XIX, portanto, evidenciava-se nos Estados Unidos uma época em que o embate pela busca científica (teoria) e preparação profissional (prática), fizeram com que houvesse, em um dado momento, necessidade de ambas como aspectos complementares entre si, e que deveriam estabelecer uma relação de aprofundamento de conhecimentos para uma prática fundamentada. Em outro momento, o interesse precipitado pela orientação prática de exercícios físicos para a sociedade, fez crescer a demanda de profissionais, o que gerou a necessidade de uma preparação rápida dos mesmos para suprir o mercado. Isso fez com que uma preparação profissional com sólidas bases acadêmicas e científicas fosse substituída por uma de conhecimentos de aplicação mais prática.

No Brasil, infelizmente, não podemos dizer o mesmo². A Educação Física, como vimos anteriormente, não sofria aqui debates academicamente orientados que buscassem conhecimentos concretos sobre seus objetivos, ou uma preocupação com a formação de professores especialistas, haja vista que para se ensinar Educação Física não era preciso nenhuma habilitação especial do mestre, conforme vimos no relatório de 1896 feito por Pujol³, Secretário do Interior do Estado de São Paulo.

No final do século passado, a Educação Física no Brasil também ganha o caráter de importância terapêutica, principalmente nos estudos sobre a tuberculose e nos aspectos higiênicos para a manutenção da saúde. E, em 1905, aparece no Brasil um projeto para a criação de duas Escolas de Educação Física, sendo uma civil e outra militar. Para a instalação da Escola Militar, o governo autorizou e comissionou Oficiais do Exército e Marinha a estudarem na Europa e Estados Unidos. Enquanto que para a Escola Civil, permitiu que esta comissionasse pessoal próprio ou os contratasse imediatamente. Este projeto, entretanto, apesar de aprovado, nunca foi posto em execução.

A primeira Escola de Educação Física foi criada em 17 de abril de 1939, como a Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil.

Antes porém, a primeira Escola a habilitar os primeiros mestres em ginástica foi a Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo, criada em 1909 pela missão Militar Francesa. Depois dela a Liga de Esportes da Marinha diploma, em 1927, a primeira turma de monitores, cujo curso

² Propositadamente deixamos de lado as discussões sobre os manuais de Educação Física que eram editados para a formação dos cursos das chamadas Escolas Normais e dos cursos nelas oferecidos sobre a Educação Física, devido essas escolas serem em nível secundário e não superior, uma vez que estamos chamando a atenção para os debates da necessidade da preparação universitária para o exercício da profissão.

³ Ver citação página 3.

teve a duração de dois anos. Em 1929, entrou em funcionamento o Primeiro Curso Provisório de Educação Física e, em alguns Estados, havia o oferecimento de cursos curtos para a preparação de professores de Educação Física, na tentativa de suprir a demanda de professores para os estabelecimentos escolares, preparando-se para o cumprimento de projetos de lei que previam a obrigatoriedade da Educação Física nas escolas.

A profissão, há cem anos, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, começou a se desenvolver a partir da demanda provocada pela necessidade de suprir a aplicação daquilo que os governantes (no Brasil) e a comunidade médica (nos Estados Unidos) consideravam importantes para a manutenção da saúde: melhoramento da raça para a sociedade e treinamento físico para os atletas. Ao que concerne a uma orientação acadêmica na preparação desses profissionais, nos pareceu que havia a percepção de sua necessidade sim, mas que seria sanada pelo tempo.

É importante observar que a Educação Física enquanto profissão já enfrentava também o que hoje se discute como a busca pelo campo do conhecimento e a caracterização da profissão em bases academicamente orientadas. Segundo Lawson (1979), compreendendo por profissão aquilo que possui como característica um corpo teórico codificado de conhecimento profissional, sobre o qual, é necessário buscar os procedimentos práticos, torna-se interessante ampliar a visão sobre a criação de uma profissão em que se considerou mais importante a prática do que o empenho significativo de complementaridade entre os estudos básicos e aplicados.

Mas, segundo Manoel (1997), há um paralelo importante a ser feito com a Medicina da época que, de acordo com Park (1991), passou por debate semelhante a esse da Educação Física na segunda metade do Século XIX:

A Medicina era uma profissão em crise e sofria com a falta de uma base científica mais sólida. Com os desenvolvimentos importantes na área de Fisiologia Experimental na Europa, vários cursos de Medicina foram reorientados incorporando mais disciplinas de natureza básica. Isto levou ao debate entre os acadêmicos e profissionais, entre os "teóricos" da Fisiologia médica e os "práticos" da clínica médica. Embora o debate entre essas classes permaneça até hoje, houve um reconhecimento na época de que ambos deveriam caminhar juntos se a Medicina fosse se tornar uma profissão respeitável. Park relata esforços de natureza integrativa (teoria-prática) que culminaram por tornar a medicina numa das profissões mais bem sucedidas do século XX (Manoel, 1997:7-8).

Talvez tenha faltado à Educação Física um empenho mais consistente para o fortalecimento da profissão como, por exemplo, o reconhecimento da necessidade de bases mais científicas em complemento à uma prática melhor orientada, ao invés de precipitadamente formar profissionais com a intenção de suprir a demanda do mercado. Porque isso, de certa forma, impulsionou atuações baseadas, quase que estritamente, na experiência dos indivíduos, evidenciando que há cem anos as lições da Medicina para a Educação Física foram claras, mas esta acabou por seguir rumos diferentes daquela:

Em 1890, o movimento em direção à valorização do aspecto acadêmico da Educação Física tocou num problema chave da integração de conhecimentos e em última instância da relação teoria e prática. O mesmo problema acaba por ser levantado após 1960. A diferença é que a prática predominou após 1890 (Manoel, 1997:8).

A predominância da prática ocorreu por mais de cinquenta anos, até que Henry, em 1964, reinicia o debate referente aos aspectos acadêmicos da Educação Física (Manoel, 1997).

O artigo de Henry, intitulado "Physical Education: an academic discipline", foi considerado um marco para as discussões que retomavam a Educação Física enquanto uma disciplina acadêmica, provocando interesses voltados para a necessidade da comunicação entre as pesquisas e a prática profissional (Park, 1994).

Educação Física como disciplina acadêmica

A Educação Física como disciplina acadêmica não é uma discussão recente, como vimos anteriormente. O debate acadêmico surge simultaneamente com a profissão, permanece quase adormecido na estruturação das bases de atuação profissional, persistindo, entretanto, durante o processo de criação dos cursos de Educação Física. Em meados dos anos 60, esse debate ressurgiu com grande força na América do Norte. No Brasil, ele começa por volta da década de 80 e permanece até nossos dias.

É importante, uma vez que vamos falar de disciplina acadêmica, que façamos um esclarecimento quanto à terminologia empregada, tendo em vista que alguns autores têm usado o termo como sinônimo de Ciência. Em termos gerais, *disciplina acadêmica, significa uma divisão pedagógica em decorrência de um projeto de ensino, com objetivos restritos ao objeto de estudo (Sic)* (Tamás, 1997).

Park (1981), desmembrando o termo, esclarece que a palavra "disciplina", em muitos dicionários, aparece com o significado de "campo de estudo", e a palavra "acadêmica" é usualmente associada a teorias, estudos, áreas de estudo e muitas vezes, compreendida em oposição à técnica, à profissão. Segundo a autora, o conceito de Educação Física, apresenta muitas dificuldades de uma definição exata, e o que ela encontrou em suas fontes, estava relacionado a instruções em esportes, exercícios e higiene, principalmente em programas universitários. Dessa forma, disciplina acadêmica da Educação Física começa a significar campo ou área de estudos da Educação Física.

No entanto, para nossa área, a definição clássica é a de Henry (1964): disciplina acadêmica é um corpo de conhecimentos, coletivamente construído para um projeto de ensino de um curso formal. A aquisição desses conhecimentos, quando feita de forma adequada e coerente, apresentaria objetivos que não precisariam de qualquer demonstração ou exigência de aplicação prática. O conteúdo deveria ser teórico e erudito, distinto do técnico e profissional (essa declaração é uma síntese das definições achadas em vários léxicos, e provavelmente, aceitável na maioria das universidades). Essa afirmação abriu caminhos para

uma valorização maior à produção científica e um menor interesse no aperfeiçoamento da prática. Quatorze anos depois, Henry (1978) propôs a integração entre as pesquisas básica e aplicada, mas sem tanta repercussão.

Em 1964, por ocasião da publicação do artigo de Henry, intitulado: "Physical Education: an academic discipline", formou-se um grande movimento para a definição do conteúdo da disciplina acadêmica da Educação Física. Nesse estudo, Henry introduziu um debate polêmico sobre as origens da Educação Física e os objetivos voltados inicialmente para a obtenção e manutenção da saúde (diretamente relacionado à Medicina) e da Educação (influência pedagógica do seu tempo).

A maior crítica desse autor apontou para o fato de que, inicialmente, os objetivos da área se dirigiam para o exercício físico e os esportes como profiláticos e terapêuticos, lembrando que os coordenadores de Educação Física eram, em sua maioria, médicos. Posteriormente, os doutores de sua geração que, em sua maioria, vieram da Educação, geravam objetivos mais voltados a essa área do que para o campo próprio de conhecimento da Educação Física (Henry, 1964).

Essas críticas foram muito importantes para a compreensão de que a Educação Física estava numa situação indefinida quanto ao seu campo de conhecimento, portanto, sem identidade acadêmica e, conseqüentemente, com lacunas na atuação profissional. É imprescindível lembrar, no entanto, que quando Henry escreveu esse artigo, ele não estava fazendo uma proposta, mas colocando em debate algo já estabelecido (Park, 1998). O objetivo maior desse trabalho (1964) foi ressaltar a necessidade de buscar um caminho comum para a área, um campo de conhecimento que definisse a Educação Física como disciplina acadêmica na Universidade.

Como objetivo específico e, particularmente, no campo erudito do conhecimento básico da Educação Física, a organização das disciplinas deveria ser composta de integração e ampliação de certas porções de vários campos do conhecimento, como Anatomia, Física, Fisiologia, Antropologia Cultural, História, Sociologia e Psicologia. O foco de atenção, escreveu Henry (1964), é sobre o estudo do homem como indivíduo: na sua performance motora diária; em outras performances motoras concernentes a valores estéticos ou servindo às expressões de sua natureza física e competitiva; no desenvolvimento de capacidades de adequação às mudanças do meio ambiente; e o aproveitamento do seu tempo de lazer com atividades que tenham importância em sua cultura.

O autor ressaltou que uma pessoa pode muito bem receber uma ótima educação através das atuações tradicionais da Educação Física, entretanto, poderia continuar sendo ignorante com respeito à compreensão e integração de conhecimento do comportamento motor e das capacidades humanas - que são áreas vitais para a Educação Física - e receberem um tratamento superficial devido o foco de atenção estar voltado para outros lugares.

Em primeiro lugar, acreditava esse autor, que o aluno deve saber do que se trata a Educação Física, por isso a Disciplina Acadêmica não pode ser sintetizada em um currículo composto por seleções de cursos oferecidos nos catálogos das Uni-

versidades, mas sim de cursos voltados para o seu campo de conhecimento. Isso não quer dizer que essa preparação faria do aluno um fisiólogo, um antropólogo ou psicólogo, pois deveria haver, necessariamente no oferecimento dessas áreas tradicionais, uma restrição na abrangência do estudo. Exemplificando, a Fisiologia, na primeira metade do século, teve um interesse maior no indivíduo como uma unidade, mas nos dias atuais ela dirige sua atenção sobre a bioquímica das células e estruturas subcelulares. A importância das mitocôndrias no exercício não é negada; não obstante, há ainda a necessidade de estudar e entender o macrofenômeno do exercício.

Finalizando seu artigo, Henry defendeu que os aspectos motores do comportamento humano precisavam de mais atenção do que correntemente recebe da Antropologia e da Psicologia, e que se não existisse a disciplina acadêmica da Educação Física, ela precisaria ser inventada.

Segundo Tani (1996), a iniciativa de Henry fez com que suas propostas se tomassem um paradigma para a área, sendo fundamentais para a definição do conteúdo da Educação Física. Entretanto, outros estudos (Brown, 1967; Rarick, 1967; Steinhaus, 1967), foram importantíssimos para estabelecer a estrutura inicial da disciplina acadêmica da Educação Física, possibilitando o desenvolvimento de estudos e pesquisas devidamente identificados, como confirma Tani (1996).

Por outro lado, Park (1981) nos revela que alguns autores resistiam às mudanças dizendo que a disciplina já estava estabelecida. E considerando a variedade de opiniões surgidas nesse processo, alguns autores diziam que algumas condições necessitavam ser consideradas para haver uma disciplina, quais sejam: a) identificação das relações de questões significativas com a forma e os focos das investigações; b) ter um corpo de conhecimento delineado nas tentativas de responder às suas questões, uma vez que a Educação Física estava ainda no processo de definição de suas questões, estabelecendo bases para a estruturação de seu corpo de conhecimento e determinando as finalidades de suas pesquisas.

Com o impulso dado por Henry na identificação da situação da Educação Física, o aumento das pesquisas gerou uma produção de conhecimentos em várias dimensões, conforme afirma Manoel (1997:05): *Esse processo é marcado pelo surgimento ou consolidação de várias sub-disciplinas, como Fisiologia do Exercício, Biomecânica, Aprendizagem Motora, Desenvolvimento Motor, Psicologia do Esporte, Sociologia e Antropologia do Esporte, entre outras.*

Numa análise feita por Tani (1996), a tentativa de se obter o mais rápido possível o status e o respeito da Academia, desencadeou muita ênfase à pesquisa básica, com estímulos à valorização nas subdisciplinas de investigação relacionadas às ciências naturais em detrimento de pesquisas relacionadas às ciências sociais e humanas, e principalmente, à pesquisa aplicada. Continuando, o autor conclui que:

O resultado concreto desse investimento foi um inegável avanço acadêmico-científico evidenciado, entre outras coisas, pelo aumento significativo no volume de estudos conduzidos, no número de periódicos especializados, na quantidade de eventos científicos realizados, no número

de publicações até mesmo em periódicos de reputação em áreas de maior tradição acadêmica. Por outro lado, não foi possível observar um impacto mais significativo dos conhecimentos produzidos na melhoria da prática profissional (Tani, 1996:19).

É importante observar três pontos citados por Park (1981), que também demonstraram a importância do delineamento de uma disciplina acadêmica da Educação Física. O primeiro deles foi relativo ao fato de que o profissional de Educação Física tinha tradicionalmente ido para outros campos de estudo buscar respostas e trazia metodologias dessas áreas para resolver os problemas da Educação Física, que era acusada de não ter metodologia própria. Isso em algum momento prejudicou o status da Educação Física como disciplina nas Universidades. Entretanto, reconheceram logo que a legitimidade de uma disciplina estava na existência de uma associação de questões significativamente relacionadas e que não era necessário que os pesquisadores fizessem suas pesquisas com a mesma metodologia.

O segundo ponto referia-se à explosão de conhecimento dentro de cada uma das subdisciplinas que compunham a Educação Física Moderna. E o terceiro e último estava diretamente ligado ao embate disciplina x orientação profissional ou teoria/pesquisa x prática/estudos aplicados. Nesse conflito, nota-se que muitos, mas nem todos os autores, aceitavam ser em ambas necessárias, mas que era preciso localizar a ênfase a ser dada.

Park expõe que, desde 1885 até 1981, a Educação Física americana direcionou a maioria de seus esforços à orientação profissional. Contudo, nas duas décadas anteriores a 1981, apareceram críticas relativas a preocupação excessiva com a prática em detrimento do estudo e do empenho em pesquisa. Todavia, o crescimento de indivíduos interessados em pesquisa revelavam que suas afinidades eram maiores com as disciplinas mães do que com a Educação Física (Park, 1981).

No Brasil, os impactos do movimento de transformar a Educação Física tradicional (que aconteceu em meados dos anos 60 no exterior, conforme já descrito aqui), começaram a ser sentidos apenas no início dos anos 80, quando da implantação dos cursos de pós-graduação *estricto sensu* (Tani, 1996).

Souza e Silva (1990) nos revela, no entanto, que desde o início dos anos 70, já havia discussões envolvendo a implantação de cursos de pós-graduação em nível de Mestrado e Doutorado em Educação Física no Brasil, mas somente em 1977 é que foi criado, na Universidade de São Paulo, o primeiro curso de Mestrado nessa área, pioneiro inclusive na América Latina.

Os objetivos da implantação de cursos de Mestrado eram basicamente três: o primeiro referia-se à meta de formar docentes para o magistério em nível superior, o que por sua vez projetaria a Educação Física em nível de aculturação já conseguido por outras profissões; o segundo relacionava-se ao atendimento da demanda do mercado de trabalho nas Instituições de Ensino Superior; o último, à formação de pesquisadores em Educação Física e incentivo do seu aproveitamento conforme a política desenvolvimentista nacional (Souza e Silva, 1990).

As primeiras e mais importantes áreas de concentração que foram apontadas no relatório do Grupo de Consultoria Externa (GCE-DED/MEC), citado por Souza e Silva, eram as áreas

de Ensino, Administração, Treinamento e Saúde e Ciências Desportivas. No entanto, a implantação de cursos de pós-graduação em Educação Física, segundo a mesma autora, esbarrava em dois problemas. Um deles era a situação que a área se apresentava, desprovida de experiências no campo da pós-graduação, e o outro era o número insuficiente de pessoal com a titulação necessária para atuar nesses programas. Uma das alternativas para solucionar o problema, então, era a proposta do GCE-DED/MEC de titular professores brasileiros, atuantes no Ensino Superior em Educação Física, no exterior nos graus de Mestrado e Doutorado e a contratação de especialistas estrangeiros para assessorarem os programas.

Como conseqüência, a autora aponta alguns problemas. Por um lado, o fato dos programas seguirem o modelo norte-americano, repercutindo em todo o panorama nacional uma concepção de ciência sustentada por um entendimento de realidade, por uma visão de mundo e, nesse caso, específico de uma concepção de Esporte e de Educação Física, atrelados ao significado de rendimento, eficiência e eficácia:

Tal entendimento de Esporte e Educação Física esteve atrelado à concepção de rendimento, de eficiência e eficácia. Esta visão, centrada nos pressupostos de uma concepção positivista de ciência oriunda de uma filosofia de justificação burguesa, caracterizada por uma visão fiscalista, neutralista e quantitativista de ciência que reduz a realidade ao matematizável, é na década de 70, difundida em grande escala no meio da Educação Física nacional (Souza e Silva, 1990:65).

Por outro lado, ainda na opinião de Souza e Silva, a fixação de um formato específico de pós-graduação criou dependência de pessoal e das instituições norte-americanas para a formação dos profissionais em nível nacional, viabilizando convênios, criação de laboratórios, compra de equipamentos e transferência de tecnologia, o que a autora aponta como fatos que retratam o caráter expansionista e tradicional da política norte-americana com as alianças dos governantes brasileiros com esses mesmos interesses expansionistas.

Contudo, há de se considerar que, para a época, o modelo de ciência que se tinha era o de pós-guerra, o positivismo era uma corrente forte de pensamento e, portanto, caracterizava as concepções de investigação científica e seus resultados. E, muito antes de se mandar professores para os Estados Unidos, a Educação Física teve influências importantes da Alemanha, como por exemplo, orientações e financiamentos na criação dos primeiros laboratórios de Fisiologia do Exercício e de Biomecânica.

Uma outra visão do processo de implantação dos programas de pós-graduação e a formação no exterior nos é dada por Tani (1996:09):

A implantação dos primeiros cursos de pós-graduação coincidiu também com o regresso ao País de um número substancial de mestres e doutores formados no exterior que trouxeram novas concepções de Educação Física, academicamente orientadas e cientificamente mais sólidas.

Isso deu um grande impulso à Educação Física, especialmente em termos de pesquisa, com a criação de novos laboratórios e grupos de estudo, particularmente em áreas diferentes daquelas em que a Educação Física no Brasil já possuía alguma tradição, quais sejam, a Fisiologia do Exercício e a Biomecânica.

As discussões sobre uma profissão academicamente orientada a Educação Física estavam presentes há mais tempo em outros países, principalmente nos Estados Unidos, onde houve um crescimento substancial em pesquisa nas subdisciplinas que compunham a Educação Física, como a Fisiologia do Esforço, a Biomecânica, a Aprendizagem Motora, a Psicologia do Esporte, a Sociologia do Esporte e outras. Portanto, a formação dos pesquisadores brasileiros no exterior, torna compreensível a influência dessas áreas como as primeiras a se consolidarem no país nesse processo. Além disso, é imprescindível lembrar que o modelo de ciência importado, foi o modelo da ciência da época, que se caracterizava pela valorização das Ciências Naturais.

As subdisciplinas, segundo Manoel (1997:5; baseado em Brooks, 1981), não só se tornaram cada vez mais autônomas em relação à Educação Física, como também contribuíram para a emergência de um campo transdisciplinar com o foco na compreensão da atividade motora. Continuando, ele ressalta que devido a isso surgiram novas denominações, como por exemplo: Estudos do Movimento Humano (Whiting, 1975), Ciências do Esporte (Haag, 1979), Ciência do Movimento Humano (Whiting, 1982), Cinetropologia (Renson, 1989), Motricidade Humana (Sérgio 1987), Cinesiologia (Newell, 1990) e várias outras, que segundo Tani (1996) e de acordo com Razor e Brassie (1990), chegam a mais de cem denominações:

(...) utilizadas para substituir a Educação Física, tanto como denominação de uma área acadêmica como também nome de departamentos e cursos de preparação profissional. A mudança de nomenclatura tem sido defendida com base em diferentes argumentos como, por exemplo, separar os aspectos disciplinares e acadêmicos dos práticos numa tentativa de obter respeitabilidade acadêmica, uma maneira de os acadêmicos evitarem o estigma de serem vistos como professores práticos e também como um esforço legítimo para redefinir a área (Wade & Baker, 1990, apud Tani 1996:25).

A Educação Física começa a ser influenciada por essa avalanche de denominações. Para exemplificar, basta citarmos algumas áreas de concentração de programas de pós-graduação no país, como é o caso da UNESP/Rio Claro - Motricidade Humana, e UFSM - Ciências do Movimento Humano. Há ainda outras que não mudaram seus nomes, como é o caso da FEF/UNICAMP, que apesar de não ter mudado o nome do curso, atua com áreas de concentração como Ciências do Esporte, Educação Motora, Estudos de Adaptação Humana e Lazer, baseados na proposta de Manuel Sérgio (1987) de Ciência da Motricidade Humana.

Toda essa influência também gerou uma grande preocupação com a identidade acadêmica da área, principalmente porque formam-se doutores e mestres em Educação Física, Motricidade Humana, Ciências do Movimento Humano, com alguma semelhança na sua formação, que não somente carregam consigo convicções diferentes, como também a denominação de sua titulação, que identifica uma área de conhecimento. Mas qual área é essa?

Do que já está estabelecido ao que está por vir

Rever a história da Educação Física, mesmo que seja através de leis, reformulações ou de autores considerados conservadores, sempre nos faz olhar para o que ficou para trás, e essa atitude implica refletir as outras possibilidades de escrever o presente e o que virá no futuro. Ao observarmos essa visão da história, vimos que os embates sempre travaram o desenvolvimento da Educação Física enquanto área do conhecimento porque no Brasil sempre foi difícil amadurecer discussões profundas com diálogo aberto entre posturas diferentes.

Não houve intenção, nesse artigo, de defender uma ou outra como a melhor denominação para a Educação Física. Somos conscientes de sua existência enquanto uma área que se desenvolve nas universidades, com uma produção de conhecimentos cada vez mais crescente, possuindo, em torno de si, subáreas historicamente consolidadas, que obrigatoriamente fundamentam uma profissão que hoje está sendo reconhecida legalmente. No entanto, foi intencional rever o passado e refletir sobre ele para que seja possível resgatarmos as lacunas e preenchermos a história futura, com um pouco mais de atitudes transformadoras concretas.

Se, de um lado, existiram os defensores da profissão em detrimento da disciplina acadêmica, de outro lado também houve o contrário; sendo assim, está cada vez mais explícita a necessidade de compreender teoria e prática como elementos complementares, portanto, disciplina acadêmica e profissão como inseparáveis para um reconhecimento social e científico. Dessa forma, minhas contribuições aqui colocadas sugerem lembrar que o movimento de superação da dicotomia teoria/prática, profissão/disciplina acadêmica é aquele da unidade e não de uma unificação, no que se pode chamar de "praxis":

A noção de práxis pressupõe a reabilitação do sensível e a restituição do prático-sensível, ou seja, o mundo humano foi criado e transformado pelos homens. As relações que os seres vivos mantêm entre si, fazem parte desse mundo sensível, onde o ser "sujeito" dessa realidade permiti-lhe exercer atividade, refletir e Ter desejos. (...) Tanto no social como no homem tudo é ato e obra. Mesmo a necessidade histórica supõe a passagem pela ação – a PRÁXIS – do possível ao real e dá lugar a iniciativa. Toda possibilidade abre dois caminhos: o de uma alienação maior e o de uma desalienação. A alienação tende também a "tornar-se mundo". A desalienação é atingida pela luta consciente, cada vez mais consciente..." A práxis, no seu mais alto

grau (criador, revolucionário) inclui a teoria que ela vivifica e verifica. Ela compreende a decisão da ação. Supõe tática e estratégia. Não existe atividade sem projeto; ato sem programa, práxis política sem exploração do possível e do futuro (Lefebvre, 1981:183-188).

Hoje, diferentemente de cem anos atrás, a Educação Física possui consideráveis produções acadêmicas, algumas vivificadas e verificadas pela prática, outras esquecidas nas prateleiras das bibliotecas universitárias. Há uma constante reclamação sobre a distância entre as universidades e as escolas, os clubes ou as academias, mas isso repercute como a velha reclamação da falta de material para um trabalho digno, que tanto ouvimos quando éramos professores da rede pública. Cada vez mais as universidades têm aberto suas portas à investigação de sua produção; não é raro obtermos notícias de eventos ou cursos sendo oferecidos, mas, o fato é que ainda se repete em nosso meio a busca de "receitas aplicáveis", refletindo o vício daquela *educação bancária* que nos falou Paulo Freire. Daí a necessidade da práxis no seu mais alto grau - criador revolucionário, para romper com as atitudes conservadoras e conformistas, e elevar os desafios para o ato da reflexão, do diálogo e das trocas de experiência.

Acredito que a comunidade acadêmica já está cansada das estratégias do passado como a técnica de guerrilha (aquela de minar as possibilidades de crescimento de determinadas propostas eliminando os adversários ou "diferentes"), ou da falta de diálogo entre as posturas arcaicas que desconhecem a fundamentação do posicionamento teórico dos outros profissionais, e o mais importante é criticar. É preciso que se instaure uma nova ética profissional, que reconheça o espaço que o outro circunscreve em sua autonomia, propriedade e competência e que as críticas possam contribuir para um crescimento efetivo e fluido sem esbarrar nas amarras do passado. E que o futuro não se revele apenas com outras marcas, heranças de um passado breve, remanescentes naqueles que descobrem sua história e criam um velho de roupa nova, pois se não...

*Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não pára.
Não pára não
Não pára ...
(Cazuza)*

Referências bibliográficas

- EHINGER, C. E. Physical culture in normal schools. *Proceedings of the 7th Annual Meeting of the American Association for the Advancement of Physical Education*. Press of Springfield printing & Binding Co. 1893.
- FITZ, G. W. Problems of physical education. *Harvard Graduates Magazine*, 2, 1893, pp.26-31.
- GULICK, L. H. Physical education: a new profession. *Proceedings of 5th Annual Meeting of the American Association for the Advancement of Physical Education*, 1890, pp.59-56.
- HENRY, F. M. Physical education: na academic discipline. *Journal of Health, Physical Education and Recreation*, 35 (7):32-33, 69, 1964.
- HENRY, F. M. The academic discipline of physical education. *Quest*, 29, 13-29,
- LAWSON, H. & MORFORD, W. The cross-disciplinary structure of kinesiology and sport studies. *Quest*, 31, 1979, pp. 222-230
- LEFEBVRE, H. A práxis: a relação social como processo. In: Foracchi, M. ^a e Martins, J. S. (Org.) *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981, pp.183-188.
- MANOEL, E. J. *A dinâmica do estudo e promoção da atividade motora humana: transição de fase na EEFPE-USP*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.
- MARINHO, I. P. & ACCIOLY, A. R. *História Geral da Educação Física*. São Paulo: Cia. Brasil, 1980
- PARK, R. J. The emergence of the academic discipline of physical education in the United States. In G.A. Brooks (ed.), *Perspectives on the academic discipline of physical education: a tribute to G. Lawrence Rarick* (pp. 20-45). Champaign, IL: Human Kinetics, 1981.
- PARK, R. J. A long and productive career: Franklin M. Henry – Scientist, mentor, pioneer. *Research Quarterly for exercise and sport*, 65, 295-307, 1994.
- PARK, R. J. On tilting at windmills while facing armageddon. *Quest*, 43, 247-259, 1991.
- PARK, R. J. The second 100 years: Or can Physical education become the Renaissance field of the 21st. Century? *Quest*, 41, 1-27, 1989.
- SOUZA E SILVA, R. V. Pesquisa em Educação Física: determinações históricas e implicações epistemológicas. Tese de doutorado – Universidade estadual de Campinas – FE, 1997.
- TAMÁS, SZMRECSÁMYI. Entrevista concedida em 19/01/97.
- TANI, G. Cinesiologia, Educação Física e Esporte: ordem emanante do caos na estrutura acadêmica. *Motus Corporis: Revista de divulgação científica do mestrado e doutorado em Educação Física*. Vol. 3, n. 2, Rio de Janeiro, dezembro, 1996.
- TANI, G. Perspectivas para a Educação Física escolar. *Revista paulista de Educação Física*. (5):61-69, 1991.

ABSTRACT: *This essay is a discussion about the parallel historical studies between physical education in Brazil and the USA. We have chosen the USA and not other countries for the great influence brought by Brazilian researchers who had concluded their post-graduation programs over there. Some of the discussions here showed have the intention to provoke reflections about this debate, that, in the physical education happened in the 60's it remained asleep for decades and came back in the 80's, up to our days.*

KEYWORDS: *Physical Education History - Brazil - United States - Academic Discipline - Profession*

Endereço da autora: Universidade de São Paulo

Escola de Educação Física e Esporte

Departamento de pedagogia do Movimento Humano do Corpo Humano

Núcleo de Estudos Socioculturais do movimento Humano

Av. prof. Mello de Moraes, 65 – Butantã – Cidade Universitária – São Paulo – SP - Cep: 05508- 900

Tel.: (022) 818 3135 - Email: cmguedes@usp.br